

Fundação de Nossa Senhora da Guia IPSS

RELATÓRIO E CONTAS

2018

27 de Março de 2019



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Reuniões do CA;
- Reuniões de trabalho com responsáveis e representantes da ARS Centro e do Centro Distrital da Segurança Social;
- Reuniões regulares de coordenação com as Direcções Técnicas das Valências, bem como com os responsáveis por áreas e valência funcionais;
- Articulação de acções e projectos com órgãos institucionais com Câmara Municipal de Ansião, com outras Câmaras Municipais da região, Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos, ETP Sicó, Bombeiros;
- Promoção institucional em colaboração com a Comissão de Festas da Nossa Senhora da Guia;
- Actualização dos protocolos de cooperação, com a Segurança Social, para as Valências Sociais;
- Cooperação como parceiro na concretização das cantinas sociais do concelho;
- Manutenção e actualização de algumas áreas de funcionamento do Hospital, da Unidade de Cuidados Continuados e das valências sociais;
- Colaboração institucional activa com a entidade local nas auditorias realizadas à Unidade de Cuidados Continuados;
- Aprovação dos Estatutos, após várias diligências junto da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, de acordo com o quadro normativo actual;



- Manutenção do protocolo com a ARS Centro IP para atendimento no Serviço de Urgência;
- Acordo com a empresa Zimmer Biomet para resolução da dívida;
- Colaboração com as autoridades judiciais no enquadramento de casos de prestação de trabalho a favor da comunidade.

RECURSOS HUMANOS

- Gestão rigorosa do quadro de pessoal por forma à prossecução do bom funcionamento das várias valências da instituição, tendo presentes as limitações da situação conjuntural que impedem a admissão imediata de elementos em reposição de quadros aposentados;
- O ponto anterior, contribuiu para a intensificação da defesa da Imagem Institucional com o objectivo de manter a qualidade de serviço, mercê do profissionalismo vocacional e da humanização dos cuidados;
- Admissão de diversos trabalhadores financiados e estágios profissionais apoiados pelo Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos, ETP Sicó, Agrupamentos de Escolas de Ansião e Figueiró dos Vinhos e Universidade de Coimbra;

INVESTIMENTOS E PATRIMONIO

No ano de 2018, não existiram quaisquer investimentos relevantes. No total o investimento realizado foi de cerca de €600. Em 2017 e 2016 investiu-se, respectivamente, cerca de €97.908 e €7.694.



Principais aspectos:

- Conservação e reparação dos equipamentos e compra de diversas ferramentas e utensílios hospitalares;
- Doação de diverso material hospitalar (camas articuladas, material clínico, fardamento, etc) por parte de uma instituição suíça;
- Compra de material e software informático;
- Arranjos no espaço físico interior e exterior.

VOLUME DE ACTIVIDADE

Valências Sociais (número médio de utentes)

Centro Bem-Estar do Infantil	2018	2017	2016
Pré Escolar	35	34	38
Creche	29	30	33
ATL	14	22	19
Total	78	86	90

Centro Bem-Estar do Idoso	2018	2017	2016
Lar de Idosos			
Idosos Dependentes	24	23	24
Idosos Independentes	28	29	28
Total	52	52	52
Centro de Dia	4	4	5
Apoio Domiciliário	28	28	28
Total	84	84	85

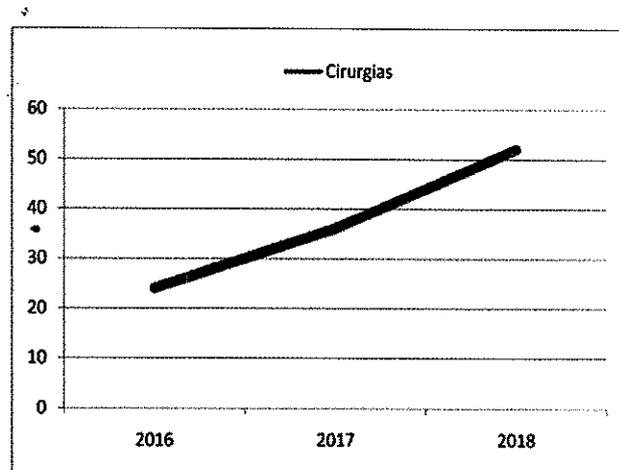
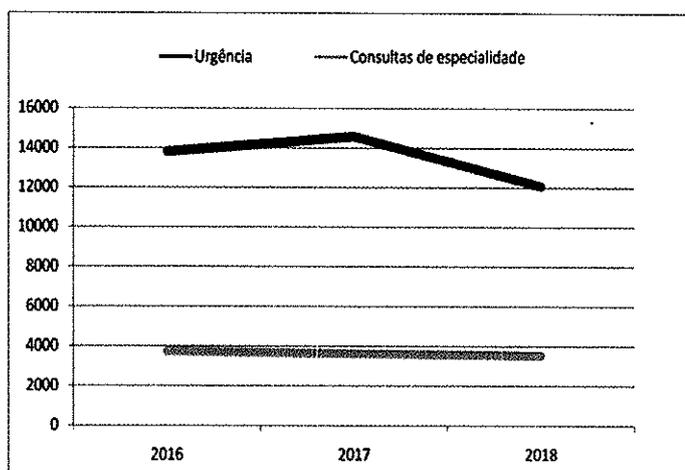
Handwritten signatures and initials.

Valência Assistencial

MOVIMENTO DE CIRURGIAS	2018	2017	2016
Cirurgia Geral	-	-	-
Ortopedia	52	36	17
Oftalmologia	-	-	-
Otorrinolaringologia	-	-	-
Total	52	36	17

MOVIMENTO M.C.D.	2018	2017	2016
Ecografia	2 653	2 734	2 889
Raios-X	6 957	7 050	6 925
Endoscopia	146	223	494
Colonoscopia	205	343	463
Ecocardiografia	952	906	769
Total	10 913	11 256	11 540

	2018	2017	2016
Urgências	12 077	14 584	13 802
Consultas de especialidade	3 529	3 624	3 726





Valências Sociais:

- Manutenção número médio de utentes no Centro de Bem-Estar do Idoso;
- Diminuição do número médio de utentes no Centro de Bem-Estar Infantil, especialmente no ATL, e manutenção de taxa de ocupação abaixo dos 75%;
- Verifica-se uma procura das valências sociais de acordo com a estrutura etária que caracteriza a região (fruto da diminuição da natalidade e aumento do peso da população idosa)

Valência Assistencial:

No ano de 2018, em termos gerais, assistimos a uma ligeira redução da actividade assistencial e não existiu qualquer alteração fundamental nos serviços disponibilizados ou nos acordos para a prestação de serviços clínicos. Assim:

- Ligeiro decréscimo do número total de consultas de especialidade realizadas;
- Diminuição do número de consultas de urgência, que compara com o ano de 2017 em que existiu horário completo até Novembro de 2017;
- Manutenção do crescimento da quantidade de intervenções cirúrgicas realizadas, +44% e +188%, comparando com os anos de 2017 e 2016, respectivamente. No entanto, a produção mantém-se em níveis bastante abaixo da capacidade instalada e da produção cirúrgica existente até ao ano de 2012 (acima de 150 cirurgias);
- Diminuição do número total de exames realizados;
- Taxa de ocupação da UCC sempre acima dos 85% (percentagem mínima para obter a totalidade dos proveitos) e pequeno crescimento da taxa de ocupação da Medicina.



SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Da análise do Balanço contabilístico tiram-se diversos rácios que permitem verificar, a 31 de Dezembro de 2018:

A situação patrimonial mostra a tendência de manutenção dos valores dos indicadores de Autonomia Financeira (22%) e Solvabilidade (29%), justificada pela estabilização dos Fundos Patrimoniais, Total de Activo e Passivo, dos resultados positivos e a especialização dos subsídios ao investimento, no entanto, no entanto, os rácios continuam em níveis elevados de dependência de capital alheio. Reflectem as alterações ocorridas em anos anteriores, quer na actividade e quer pelos investimentos realizados (alteração do modelo de contratualização de cirurgias, quebra de natalidade, requalificação do edifício hospitalar, crise financeira,...), que provocaram a degradação dos resultados económicos, pela diminuição dos rendimentos, e financeiros, com o crescimento da dívida e aumento dos encargos financeiros, e a consequente degradação da situação líquida.

A situação financeira de curto prazo, pelos mesmos motivos e pela diminuição do passivo não corrente, continua também deficitária. O balanço de 2018 revela um aumento do passivo corrente e uma diminuição do activo corrente que justifica a ligeira degradação da liquidez, quando comparado com o período homólogo.

Em suma, à semelhança de anos anteriores, as necessidades de tesouraria e de fundo maneio continuam a revelar a necessidade de reestruturar o passivo e obter resultados positivos mais robustos para equilibrar financeiramente a Instituição (isto é, adequar as origens e aplicações de fundos às suas maturidades) e evitar situações de incumprimento dos compromissos assumidos perante terceiros.

RESULTADOS

A FNSG encerrou as suas contas com um Resultado Líquido do Período positivo de 5.589€. O resultado operacional foi positivo, em cerca de 59,2 m€, e o cash-flow foi positivo em cerca de 101,5m€, comparando com 110,3m€ e 92,2m€, no ano de 2017 e 2016, respectivamente.

Globalmente, comparativamente ao ano transacto, assistiu-se a uma pequena degradação dos resultados líquidos (-8,5m€) fruto de um aumento dos gastos superior ao aumento dos rendimentos.

RENDIMENTOS – (+29,9m€/ +1%)

- Aumento de rendimentos nas rubricas das valências assistenciais (70,4m€): as quebras de valores nas rubricas, Consultas -14,4€, Exames -14,9m€ e Taxas Moderadoras -2,3m€ foram compensadas pela actividade cirúrgica e internamentos, com a rubrica Medicamentos, Internamentos e Cirurgias a registar uma variação positiva de 102m€;
- O crescimento do valor da actividade assistencial foi motivado pelo aumento do número de intervenções cirúrgicas realizadas, ao abrigo do SIGIC, registando um aumento de 75,9m€ e Medicina em 18,9,m€, relativamente ao ano de 2017;
- A redução do valor das diversas rubricas de Exames e Consultas reflectem os dados de produção do ano, a inexistência de quaisquer alterações substanciais da oferta de serviços assistenciais e, no valor do serviço de urgência, o aumento do montante expressa o aumento do valor por episódio fruto do acesso ao abrigo do protocolo com a ARSC ter sido novamente implementado o horário previsto;
- O volume de rendimentos nas valências sociais teve, globalmente, um ligeiro aumento do valor (+8,3m€), em consequência da actualização anual do valor das participações da Segurança Social;
- Relativamente aos restantes rendimentos evidencia-se a diminuição da rubrica de Donativos (-46,9m€) justificada pelo apoio financeiro da empresa PETROGAL aquando da negociação do contrato de fornecimento de gás que previa um bónus até cerca de 100m€ e da doação de um casal de utentes do Lar de Idosos efectuada em 2017.

GASTOS (+38,4m€/ +1%)

- Ligeiro crescimento do valor total, da rubrica CMVMC, justificado pelo maior número de intervenções cirúrgicas realizadas e o correspondente aumento do valor da rubrica Material Cirúrgico e Medicamentos;

- Aumento do valor da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos (8,8m€), com as sub-rubricas de especialidades, honorários médicos e de enfermagem, a crescerem 14,3€ estando influenciados pela actividade assistencial (aumento da actividade cirúrgica) e redução das restantes rubricas de subcontratos de encontro com a redução de exames efectuados. Nos restantes gastos de funcionamento, de notar a aumento dos gastos da rubrica Limpeza, Higiene e Conforto, diminuição dos gastos com Conservação de Reparação (requalificação de edifícios, viaturas e equipamentos que apresentavam o desgaste associado ao uso e idade) e o aumento dos gastos energéticos (desconto obtido no fornecimento de gás em 2017 e não repetido em 2018);
- O aumento do valor da rubrica de Gastos com Pessoal (11m€) reflecte a actualização do salário mínimo nacional, compensado pela diminuição do valor das indemnizações por despedimento;
- Os Gastos de depreciação e amortização traduzem a ausência de investimento realizado no ano de 2018; as Perdas por Imparidade referem-se a dívidas à Fundação em mora; os Outros Gastos e Perdas estão relacionados com as correcções relativamente a exercícios anteriores (correção de facturas de anos anteriores e devolução de participações) e impostos (IMI); os Gastos e Perdas de Financiamento relacionam-se com o montante da dívida financeira da Instituição.

CONCLUSÃO

O ano de 2018 mantém a tendência de melhoria dos resultados líquidos, iniciada no ano de 2012, obtendo um valor positivo pelo terceiro ano consecutivo, e está influenciado pelo aumento da actividade cirúrgica que permitiu colmatar a redução da restante actividade assistencial e o aumento dos gastos com pessoal.

Se a estrutura patrimonial da FNSG ainda reflecte os efeitos negativos das alterações estruturais ocorridas nos últimos anos (contratos para cirurgias, ausência de protocolo para urgência, decréscimo de volume de actividade no Centro de Bem-Estar Infantil, investimento para requalificação do hospital, que levaram, no passado, a avultados resultados negativos), o desempenho económico no ano de 2018 continua a trajectória de equilíbrio económico/financeiro, indispensável para assegurar a sua sustentabilidade, como resultado da manutenção contratual da actividade assistencial,



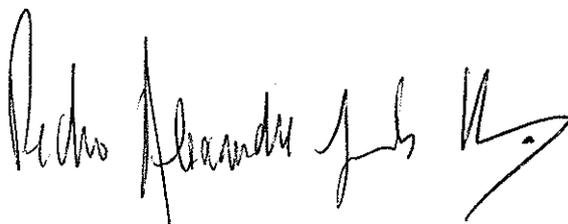
em especial, desde o ano 2015 (serviço de urgência, exames, consultas, RNCCI, SIGIC).

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

O Conselho de Administração propõe que os Resultados Líquidos do exercício de 2018, no valor positivo de 5.859,13€, sejam levados à conta de Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

Avelar, 27 de Março de 2019



João
1917

Fundação de Nossa Senhora da Guia IPSS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fundação de Nossa Senhora da Guia IPSS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

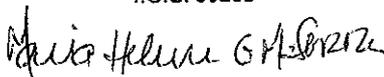
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3,4	3 544 243,89	3 639 322,93
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	5	-	-
Investimentos financeiros		3 086,01	2 884,98
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		3 547 329,90	3 642 207,91
Ativo corrente			
Inventários	3,7	18 290,15	16 124,30
Créditos a receber	13.3	703 050,39	739 090,59
Estado e outros Entes Públicos	13.9	10 896,68	10 321,20
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	13.2	5 089,87	3 653,87
Diferimentos	13.5	7 591,79	9 517,96
Outros ativos correntes	13.4	138 651,01	96 734,39
Caixa e depósitos bancários	3, 13.6	10 272,89	34 603,36
Subtotal		893 842,78	910 045,67
Total do Ativo		4 441 172,68	4 552 253,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7	219 936,40	219 936,40
Excedentes técnicos			
Reservas		15 095,45	15 095,45
Resultados transitados	2,13.7	(1 079 992,46)	(1 071 324,65)
Excedentes de revalorização	13.7	705 559,97	710 153,64
Outras variações nos fundos patrimoniais	2,13.7	1 125 503,00	1 151 576,40
Resultado Líquido do período		5 859,13	14 336,68
Total dos fundos patrimoniais		991 961,49	1 039 773,92
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6	873 899,13	1 039 931,34
Outras dívidas a pagar	2, 13.10	749 851,52	722 253,36
Subtotal		1 623 750,65	1 762 184,70
Passivo corrente			
Fornecedores	2,13.8	493 236,65	468 872,14
Estado e outros Entes Públicos	13.9	111 271,98	68 062,68
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	6	519 449,39	613 459,16
Diferimentos	13.5	5 955,23	5 855,19
Outros passivos correntes	2,13.10	695 547,29	594 045,79
Subtotal		1 825 460,54	1 750 294,96
Total do passivo		3 449 211,19	3 512 479,66
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 441 172,68	4 552 253,58

Avelar, 27 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

MARIA HELENA G. M. SERRA
T.O.C. 90269



O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO




Fundação de Nossa Senhora da Guia IPSS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	2 252 553,24	2 167 081,11
Subsídios, doações e legados à exploração	9	498 044,65	491 079,48
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	8	56 562,00	58 033,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(288 619,97)	(270 686,73)
Fornecimentos e serviços externos	13.11	(1 275 075,03)	(1 266 245,06)
Gastos com o pessoal	11	(1 195 430,03)	(1 184 479,13)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.3	(954,75)	(3 317,00)
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor		98,07	12,91
Outros rendimentos	8,13.12	131 235,15	192 354,52
Outros gastos	13.13	(23 578,80)	(22 128,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		154 834,53	161 704,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(95 677,08)	(95 975,42)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59 157,45	65 729,35
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	3,3,13.14	(53 298,32)	(51 392,67)
Resultados antes de impostos		5 859,13	14 336,68
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		5 859,13	14 336,68

Avelar, 27 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

MARIA HELENA G. M. SERRA
T.O.C. 90269



O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO




Fundação de Nossa Senhora da Guia IPSS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	CBEI	CBEIdoso	UCC	Hospital	PERÍODOS	
						2018	2017
Vendas e serviços prestados	9	64 237,08	314 896,78	797 390,04	1 076 029,34	2 252 553,24	2 167 081,11
Subsídios, doações e legados à exploração	10	172 238,63	315 265,41		10 540,61	498 044,65	491 079,48
Varição nos inventários da produção							
Trabalhos para a própria entidade					56 562,00	56 562,00	58 033,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(38 910,38)	(93 051,43)	(56 048,21)	(100 609,95)	(288 619,97)	(270 686,73)
Fornecimentos e serviços externos	14.11	(36 259,29)	(106 663,66)	(295 838,04)	(836 314,04)	(1 275 075,03)	(1 266 245,06)
Gastos com o pessoal	12	(237 612,73)	(400 579,41)	(171 146,33)	(386 091,56)	(1 195 430,03)	(1 184 479,13)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.3				(954,75)	(954,75)	(3 317,00)
Provisões (aumentos/reduções)							
Provisões específicas (aumentos/reduções)							
Aumentos/reduções de justo valor					98,07	98,07	12,91
Outros rendimentos	9,14,12			15 000,00	116 235,15	131 235,15	192 354,52
Outros gastos	14.13	(782,76)	(525,48)		(22 270,56)	(23 578,80)	(22 128,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(77 089,45)	29 342,21	289 357,46	(86 775,69)	154 834,53	161 704,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5,6	(6 595,62)	(18 463,04)	(40 738,41)	(29 880,01)	(95 677,08)	(95 975,42)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(83 685,07)	10 879,17	248 619,05	(116 655,70)	59 157,45	65 729,35
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	3,7,14.14			(17 155,89)	(36 142,43)	(53 298,32)	(51 392,67)
Resultados antes de impostos		(83 685,07)	10 879,17	231 463,16	(152 798,13)	5 859,13	14 336,68
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período		(83 685,07)	10 879,17	231 463,16	(152 798,13)	5 859,13	14 336,68

Avelar, 27 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO




C.C. 90269

Fundação de Nossa Senhora da Guia IPSS
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outr as variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	14.7	219.936,40	-	15.095,45	(1.082.161,82)	714.747,31	1.187.854,02	6.243,50	1.061.714,86	-	1.061.714,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	14.7				4.593,67						
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de realização											
Ajustamentos por impostos diferidos	14.7				6.243,50		(36.277,62)				(36.277,62)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					10.837,17		(36.277,62)				(36.277,62)
2											
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.7							14.336,68	14.336,68		14.336,68
4=2+3 RESULTADO INTEGRAL	14.7							8.093,18	(21.940,94)		(21.940,94)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
5											
6=1+2+3+4 POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	14.7	219.936,40	-	15.095,45	(1.071.324,65)	710.153,64	1.151.576,40	14.336,68	1.039.773,92	-	1.039.773,92

Fundação de Nossa Senhora da Guia IPSS
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outr as variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	14.7	219.936,40	-	15.095,45	(1.071.324,65)	710.153,64	1.151.576,40	14.336,68	1.039.773,92	-	1.039.773,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	14.7				4.593,67						
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de realização											
Ajustamentos por impostos diferidos	2,14.7				(13.261,48)		(26.073,40)				(53.671,56)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(8.667,81)		(4.593,67)				(53.671,56)
7											
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.7							5.859,13	5.859,13		5.859,13
9=7+8 RESULTADO INTEGRAL	14.7							(8.477,55)	(47.812,43)		(47.812,43)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
10											
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	14.7	219.936,40	-	15.095,45	(1.079.992,46)	705.559,97	1.125.503,00	5.859,13	991.961,49	-	991.961,49

Aveiar, 27 de Março de 2019

ARIA HELENA G. M. SERRA
T.O.C. 90269

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Helena G. M. Serra

Helena G. M. Serra

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Helena G. M. Serra

Fundação de Nossa Senhora da Guia IPSS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		2 317 686,51	2 129 084,90
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(1 526 418,45)	(1 472 092,76)
Pagamentos ao pessoal		(1 083 993,12)	(1 111 808,48)
Caixa gerada pelas operações		(292 725,06)	(454 816,34)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		18 395,60	(82 195,78)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(274 329,46)	(537 012,12)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(2 892,64)	(44 959,54)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(98,07)	(1 174,49)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	6 000,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		36 065,00	36 160,00
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		92,40	50,82
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		33 166,69	(3 923,21)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	7	1 894 845,85	1 838 583,85
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		39 973,29	86 834,20
Outras operações de financiamento	10	498 044,65	491 079,48
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	(2 160 879,81)	(1 805 312,70)
Juros e gastos similares	7	(53 298,32)	(51 392,67)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		218 685,66	559 792,16
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(22 477,11)	18 856,83
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3	32 750,00	13 893,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3	10 272,89	32 750,00

Avelar, 27 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO C.C. 90269
 Maria Helena G.M. Serra

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço:

	2018	2017
Numerário	2 094,95	2 798,88
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8 177,94	29 951,12
Equivalentes a caixa	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	10 272,89	32 750,00
Outras disponibilidades		
- Acções	1 245,00	1 225,00
- Fundos	0,00	0,00
Disponibilidades constantes do balanço	11 517,89	33 975,00




Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2018



NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação de Nossa Senhora da Guia IPSS, NIF 500 122 245, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua dos Correios nº44, 3240-334 Avelar, cuja denominação provém dos seus anteriores estatutos, aprovados por despacho do Ministério da Saúde e Assistência, de 7 de Setembro de 1960, publicado no Diário de Governo III Série, nº. 217, de 16 do mesmo mês, e tem como principais actividades as dos estabelecimentos de saúde com internamento e as de apoio social para pessoas idosas e crianças.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de normalização para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SCN), aprovado pelo Decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Avisos nº 8259/2015, de 29 de julho e nº 6726-B/2011, de 14 de março, (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portarias nº 218/2015, de 23 de julho e nº106/2011, de 14 de março (Código de contas específico para as Entidades do Sector não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria 220/2015 de 24 de julho e Portaria nº 105/2011, de 14 março, (Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo)
- Portaria 218/2015 23 de Julho

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e normas Supletivas (NS) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei nº158/2009, de 13 de julho, ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas ao abrigo do Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade durante um período de pelo menos um ano, mas sem limitação, doze meses a contar da data do balanço.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Os itens são reconhecidos como activos, passivos e fundos patrimoniais rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respectivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de "Outras ativos correntes", em "Devedores por acréscimos de rendimento". Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidos na rubrica de "Outras passivos correntes", em "Credores por acréscimos de gastos"

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respectiva receita/recebimento ou despesas/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de "Diferimentos", em " Rendimentos a reconhecer " ou "Gastos a reconhecer", respectivamente.

- Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos, de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCFR-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso, (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovadas para as ENSL.

- Compensação

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)**

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2017.

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

2.2 – Indicação e Justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no SNC-ESNL, não foram derogados quaisquer princípios ou disposições previstas no diploma legal tendo em vista a necessidade de darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Não aplicável no ano de 2018.

NOTA 3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Activos intangíveis

Os activos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com actividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método do custo.

- Custos de empréstimos obtidos

Devem ser considerados como gastos do período.

- Imposto sobre o rendimento

Os activos/passivos por impostos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se que se espera que seja para/recuperada de às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço (método do imposto a pagar), não sendo contabilizados impostos diferidos.

- Inventários

Para fins sociais: menor entre o custo histórico e o custo corrente (quantia que a entidade teria de pagar para comprar inventários equivalentes)

- Subsídios:

Subsídios monetários : quantia nominal

Subsídios não monetários: justo valor do activo não monetário (ou pela quantia nominal quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade).

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento activos fixos tangíveis, estão incluídos no item de "Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respectivo período de depreciação.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Rédito:

Justo valor da retribuição recebida ou a pagar, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade

- Instrumentos financeiros

As contas de "créditos a receber" , fornecedores, outros ativos e passivos correntes e financiamentos obtidos: custo menos perdas por imparidade

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

NOTA 4.- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1.- Os critérios de mensuração utilizados foram determinar a quantia bruta escriturada foram:

São os acima mencionados.

4.2.- Os métodos de depreciação usados:

Método da linha recta.

4.3.- As vidas uteis ou as taxas de depreciação usadas:

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	-	50 anos
Equipamento básico	-	6 anos
Equipamento de transporte	-	4 anos
Equipamento administrativo	-	6 anos
Ferramentas e Utensílios	-	4 anos
Equipamento Informático	-	5 anos
Outros activos fixos tangíveis	-	4 anos

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	613 132,62	-	(824,22)	-	-	612 308,40
Edifícios e outras construções	4 012 550,61	-	(9 380,00)	-	-	4 003 170,61
Equipamento básico	849 061,24	92 198,70	-	-	-	941 259,94
Equipamento de transporte	183 116,45	-	-	-	-	183 116,45
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	382 917,18	2 123,23	-	-	-	385 040,41
Outros Ativos fixos tangíveis	250 122,00	3 586,31	-	-	-	253 708,31
Total	6 290 900,10	97 908,24	(10 204,22)	-	-	6 378 604,12
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	997 659,36	72 726,40	-	-	-	1 070 385,76
Equipamento básico	845 111,85	19 741,84	-	-	-	864 853,69
Equipamento de transporte	183 116,45	-	-	-	-	183 116,45
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	376 654,21	2 751,50	-	-	-	379 405,71
Outros Ativos fixos tangíveis	240 763,90	755,68	-	-	-	241 519,58
Total	2 643 305,77	95 975,42	-	-	-	2 739 281,19

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	612 308,40	-	-	-	-	612 308,40
Edifícios e outras construções	4 003 170,61	-	-	-	-	4 003 170,61
Equipamento básico	941 259,94	189,80	-	-	-	941 449,74
Equipamento de transporte	183 116,45	-	-	-	-	183 116,45
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	385 040,41	408,24	-	-	-	385 448,65
Outros Ativos fixos tangíveis	253 708,31	-	-	-	-	253 708,31
Total	6 378 604,12	598,04	-	-	-	6 379 202,16
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 070 385,76	72 726,40	-	-	-	1 143 112,16
Equipamento básico	864 853,69	19 262,69	-	-	-	884 116,38
Equipamento de transporte	183 116,45	-	-	-	-	183 116,45
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	379 405,71	2 932,31	-	-	-	382 338,02
Outros Ativos fixos tangíveis	241 519,58	755,68	-	-	-	242 275,26
Total	2 739 281,19	95 677,08	-	-	-	2 834 958,27

NOTA 5.- ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1.- Os critérios de mensuração utilizados foram determinar a quantia bruta escriturada foram:

São os acima mencionados.

5.2.- Os métodos de depreciação usados:

Método da linha recta.

5.3.- As vidas uteis ou as taxas de depreciação usadas:

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Ativos Intangíveis

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan- 2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	17.233,68	-	-	-	-	17.233,68
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	17.233,68	-	-	-	-	17.233,68
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	17.233,68	-	-	-	-	17.233,68
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	17.233,68	-	-	-	-	17.233,68

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	17 233,68	-	-	-	-	17 233,68
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	17 233,68	-	-	-	-	17 233,68
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	17 233,68	-	-	-	-	17 233,68
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	17 233,68	-	-	-	-	17 233,68

NOTA 6 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos bancários da Entidade estão garantidos por penhores de contrato e/ou garantias bancárias em branco.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	225 175,14	873 899,13	1 099 074,27	187 454,02	1 039 931,34	1 227 385,36
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	149 914,96	-	149 914,96	12 714,85	-	12 714,85
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	128 068,61	-	128 068,61	411 436,93	-	411 436,93
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	8 145,34	-	8 145,34	1 853,36	-	1 853,36
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	511 304,05	873 899,13	1 385 203,18	613 459,16	1 039 931,34	1 653 390,50

Empréstimos Bancários

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	1 990 714,06	19 538,72	2 010 252,78	1 654 245,70	16 022,54	1 670 268,24
De um a cinco anos	22 688,45	1 465,21	24 153,66	17 812,50	961,82	18 774,32
Mais de cinco anos	147 477,30	32 294,39	179 771,69	133 059,50	34 408,31	167 467,81
Total	2 160 879,81	53 298,32	2 214 178,13	1 805 117,70	51 392,67	1 856 510,37

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Contratos	Finalidade	Valor em dívida	Prestações para fim de contrato
Novo Banco Contrato nº FEC 1181/09	Obras Edifício Hospitalar	777 069,29 €	129
Novo Banco Tesouraria	Fundo Maneio	149 914,96 €	-
CCAM Contrato nº 56051154237	Obras Edifício Hospitalar e reestruturação dívida	123 829,69 €	41
Novo Banco Factoring 15/061	Fundo Maneio	128 068,61 €	-
Novo Banco SocialInvest	Fundo Maneio	8 906,25 €	2
CCAM Contrato nº 56060653885	Tesouraria	47 227,17 €	29
CCAM Contrato nº 56063300472	Tesouraria	55 063,16 €	43
CCAM Contrato nº 59073451415	Tesouraria	50 000,00 €	1

NOTA 7 – INVENTÁRIOS

8.1. – Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

O critério de mensuração: fins sociais: custo corrente.

As saídas de armazém encontram-se valorizadas ao: FIFO

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclasseificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclasseificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16 616,48	270 194,55	-	16 124,30	290 785,82	-	18 290,15
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	16 616,48	270 194,55	-	16 124,30	290 785,82	-	18 290,15

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	270.686,73	288.619,97
Variações nos inventários da produção	-	-

NOTA 8 – RÉDITO

A Entidade reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios

Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Montantes expressos em Euros)

Descrição	2018	2017
Vendas	191,40	-
Prestação de Serviços	2 252 361,84	2 167 081,11
Quotas dos utilizadores	379 311,86	379 520,55
Quotas e Jóias	5 498,00	5 607,00
Promoções para captação de recursos	1 725 259,52	1 637 668,18
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	142 455,08	157 318,11
Descontos e Abatimentos	(182,62)	(13 123,33)
Outros	20,00	90,60
Trabalhos para a própria entidade	56 562,00	58 033,25
Subsídios, doações e legados à exploração	498 044,65	491 079,48
Reversões	-	-
Ganhos por aumentos de justo valor	98,07	45,00
Outros Rendimentos e Ganhos	131 142,75	192 303,70
Juros, dividendos e outros	92,40	50,82
Total	2 938 493,11	2 908 593,36

NOTA 9– SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	498 044,65	491 079,48
Comparticipações Seg Social	487 504,04	478 992,94
IEFP	10 540,61	12 086,54
...	-	-
Total	498 044,65	491 079,48

Os subsídios atribuídos pela Segurança Social destinam-se a participações por utilizador das valências sociais (Creche, Pré-Escolar, A.T.L., Lar de Idosos, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e UCCI) e foram provenientes do Instituto da Segurança Social e os atribuídos pelo IEFP destinam-se à participação dos colaboradores ao abrigo de programas de emprego-inserção.

NOTA 10 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A entidade tem dados como garantia para cumprimento dos empréstimos bancários os seguintes bens:

- 1) Hipoteca do imóvel com o artigo urbano nº979, para garantia do Contrato nº FEC 1181/09, do BES
- 2) Hipoteca do imóvel com o artigo urbano nº2445, para garantia do Contrato nº 56051154237, da CCAM

NOTA 11 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS E ENCARGOS DA ENTIDADE

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	973 063,89	956 144,17
Benefícios Pós-Emprego	8 575,15	11 227,87
Indemnizações	1 836,48	9 536,48
Encargos sobre as Remunerações	204 380,11	200 278,14

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 258,10	7 258,11
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	316,30	34,36
Total	1 195 430,03	1 184 479,13

NOTA 12 – OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e tem em atraso à Segurança Social as contribuições relativas ao mês de Novembro. À data do presente anexo tem as suas obrigações fiscais cumpridas nos prazos legalmente estipulados.

- Processos judiciais

A Entidade, em Dezembro de 2018, em audiência prévia de uma Ação de Processo Comum, Processo n.º 90074/18.9YIPRT, acordou o pagamento da dívida à empresa Zimmer Biomet Spain, em prestações durante o ano de 2019, o valor de capital de 642.401,84€ e de juros no valor de 27.598,16€.

NOTA 13 – OUTRAS INFORMAÇÕES

13.1 Indicação do número de pessoal cooperante, número de voluntários, de beneficiários e órgãos sociais

O número médio de empregados foi de oitenta e quatro e número de voluntários foi de zero.

O Conselho de Administração não é remunerado e é constituído por cinco elementos efectivos e três suplentes.

13.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	5 089,87	3 653,87
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	5 089,87	3 653,87
Passivo		

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

13.3 Créditos a receber

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	759 033,43	794 118,88
Clientes	621 848,75	665 140,43
Utentes	137 184,68	128 978,45
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	55 983,04	55 028,29
Clientes	6 458,80	6 458,80
Utentes	49 524,24	48 569,49
Total	703 050,39	739 090,59

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2018	2017
Clientes	-	-
Utentes	(954,75)	(3 317,00)
Total	(954,75)	(3 317,00)

13.4 Outros ativos correntes

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	500,00	500,00
Adiantamentos a Fornecedores	672,32	224,90
Devedores por acréscimos de rendimentos	106 162,34	65 676,47
Outros ativos financeiros	1 427,84	1 225,00
Outros Devedores	29 888,51	29 108,02
Perdas por Imparidade	-	-
Total	138 651,01	96 734,39

13.5 Diferimentos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
MAT. LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	3 145,63	5 543,38
SEGURO ACIDENTES TRABALHO	4 131,15	1 814,51
OUTROS	315,34	2 160,07
Total	7 592,12	9 517,96
Rendimentos a reconhecer		
IEFP	5 955,23	5 855,19
...	-	-
...	-	-
Total	5 955,23	5 855,19

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	2018	2017
Caixa	2 094,95	2 798,88
Depósitos à ordem	8 177,94	31 804,48
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	10 272,89	34 603,36

13.7 Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	219 936,40	-	-	219 936,40
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	15 095,45	-	-	15 095,45
Resultados transitados	(1 071 324,65)	18 930,35	(27 598,16)	(1 079 992,46)
Excedentes de revalorização	710 153,64	-	(4 593,67)	705 559,97
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 151 576,40	-	(26 073,40)	1 125 503,00
Total	1 025 437,24	18 930,35	(58 265,23)	986 102,36

13.8 Fornecedores

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	1 157 216,93	1 111 273,98
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	1 157 216,93	1 111 273,98

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10 896,68	10 321,20
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	10 896,68	10 321,20
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	17 682,47	26 230,63
Segurança Social	93 549,26	41 578,10
Outros Impostos e Taxas	40,25	253,95
Total	111 271,98	68 062,68

13.10 Outros Passivos Correntes

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	105 032,90	-	54 225,96
Remunerações a pagar	-	105 032,90	-	54 225,96
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	79 851,52	-	79 851,52	-
Credores por acréscimos de gastos	-	258 493,28	-	244 112,85
Outros credores	670 000,00	332 021,11	642 401,84	295 706,98
	-	-	-	-
Total	749 851,52	695 547,29	722 253,36	594 045,79

* O valor de Credores por acréscimos de gastos refere-se a remunerações a liquidar em 2019, relativas a gastos de 2018 (Subsidio de férias e período), a valores de electricidade a liquidar em 2019 relativos a consumos de 2018 e a valor de honorários médicos a liquidar relativos a anos anteriores.

13.11 Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2018	2017
Subcontratos	216 053,44	308 796,80
Serviços especializados	720 184,79	659 987,20
Materiais	21 740,12	25 430,90
Energia e fluidos	196 465,90	153 188,77
Deslocações, estadas e transportes	4 061,08	5 495,34
Serviços diversos (*)	116 569,70	113 346,05
Limpeza, higiene e conforto	82 390,62	75 071,45
Comunicação	12 693,01	12 143,38

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Seguros	7 206,58	9 432,41
Total	1 275 075,03	1 266 245,06

13.12 Outros Rendimentos

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	26 826,01	31 505,52
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,05	3 720,22
Recuperação de dívidas a receber	-	12,03
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	20,00	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	36 065,00	42 160,00
Outros rendimentos e ganhos	68 324,09	114 956,75
Total	131 235,15	192 354,52

13.13 Outros Gastos

Descrição	2018	2017
Impostos	3 988,28	3 961,19
Descontos de pronto pagamento concedidos	6,60	98,71
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	19 583,92	18 068,68
Total	23 578,80	22 128,58

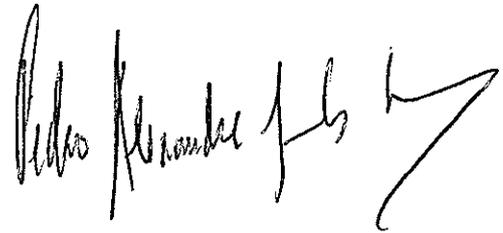
13.14 Resultados Financeiros

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	53 298,32	51 392,67
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	53 298,32	51 392,67
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(53 298,32)	(51 392,67)

13.15 Outras considerações

O Conselho de Administração propõe que os Resultados Líquidos do exercício de 2018, no valor positivo de 5.859,13€, sejam levados à conta de Resultados Transitados.

Avelar 27 de Março de 2019



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Nossa Senhora da Guia**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 4.441.172 € e um total de fundos patrimoniais 991.961 €, incluindo um resultado líquido positivo de 5.859 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração de resultados por natureza e resposta social e a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✓ preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização;
- ✓ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentais aplicáveis;

- ✓ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- ✓ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ✓ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ✓ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ✓ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo da Entidade;
- ✓ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- ✓ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ✓ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- ✓ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUESITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as lei e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 27 de março de 2019

José Oliveira & Sandra Simões, SROC, Lda- SROC nº 332

Representada pela Dra. Sandra Maria de Almeida Simões ROC nº 1249